

PARTIDOS, SINDICATOS E MOVIMENTOS SOCIAIS NOS ANOS 1950-64: BALANÇO HISTÓRICO- BIBLIOGRÁFICO PRELIMINAR*

ANGÉLICA LOVATTO**

Resumo: O presente texto apresenta os primeiros resultados de pesquisa, em andamento, que pretende investigar – no período de 1950 a 1964 – o quadro dos partidos políticos progressistas, os sindicatos da cidade e do campo, e os movimentos sociais marcados pela afirmação nacional e pelo antiimperialismo, especialmente aqueles ligados à perspectiva do mundo do trabalho, discutindo suas propostas, diferenças, atuações e compromissos diante da efervescência político-cultural daquele momento histórico.

Palavras-chave: partidos políticos; sindicatos; movimentos sociais.

Abstract: This text presents the first results of including research, in process, that it intends to investigate - in the period from 1950 to 1964 - the picture of the progressive political parties, the unions of the city and of the field, and the social movements marked by the national statement and for the anti-imperialism, especially those linked to the world labor perspective, discussing their proposals, differences, performances and commitments due to the political-cultural effervescence of this historical moment.

Key-words: political parties; unions; social movements.

1. Introdução

Os anos 1950 e início dos 1960 constituíram-se num profícuo momento da cultura brasileira. Os exemplos mais significativos são o Cinema Novo, a Bossa Nova, o Teatro Arena, Oficina, Opinião para citar apenas alguns dos movimentos mais marcantes. Também foi o tempo da arte na rua, dos Centros Populares de Cultura da UNE – União Nacional dos Estudantes,¹ de novos métodos de alfabetização de adultos associados à leitura da realidade, do movimento das Ligas Camponesas, da crescente sindicalização e organização da classe operária, do CGT – Comando Geral dos Trabalhadores etc. Foram, portanto, anos de intensa efervescência política. Não por acaso, foi um período da história brasileira interrompido abruptamente, por força do golpe militar de 1964.

No plano nacional este período histórico envolve desde o segundo governo Vargas (1951-54), o interregno Café Filho (1954-55), o governo Juscelino Kubitschek (1956-60), o governo Jânio Quadros (1961), marcado pela renúncia em agosto até, finalmente, o período do governo

João Goulart (1961-64). No plano internacional é um dos momentos mais *quentes* da Guerra Fria, num mundo dividido entre potências opostas – EUA *versus* URSS, bem como o advento da Revolução Cubana, em 1959. A conjuntura nacional e internacional estava passando por inflexões importantes no debate desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento, marcados por uma discussão que passava pelo avanço no processo de descolonização, no crescimento do bloco dos “não alinhados”, pelo início do “cisma” sino-soviético, pela emergência do chamado “terceiro-mundismo” e pelo intenso desenvolvimento capitalista industrial em alguns países periféricos, especialmente o próprio Brasil. Nesse sentido, um dos institutos que mais tratou da questão do desenvolvimento brasileiro nos anos 1950-60 foi o ISEB.²

Diante deste quadro, as lutas desencadeadas no período de 1950 a 64 trouxeram desdobramentos para o mundo do trabalho, no âmbito dos partidos políticos, dos sindicatos e dos movimentos sociais. Estuda-se aqui, portanto, o fortalecimento das lutas populares que foram se desenvolvendo e crescendo no pré-1964, particularmente a eclosão dos movimentos no campo brasileiro e o crescimento dos sindicatos operários, bem como o conjunto de partidos políticos progressistas já existentes ou que surgiram justamente no período em questão. O presente texto está limitado, deste modo, a apresentar apenas os desdobramentos iniciais, notadamente bibliográficos, de uma pesquisa que se estenderá pelos próximos três anos. O escopo geral da pesquisa em andamento pretende apresentar este quadro de partidos, sindicatos e movimentos, a partir da discussão de suas propostas no período proposto, através de um diálogo crítico com a vertente da teoria do populismo, representada pela produção teórica do cientista político Francisco Weffort. Pretende também identificar e contrapor a proposta dos partidos comunistas e socialistas presentes no debate político do pré-1964, bem como sistematizar as propostas das vertentes trabalhistas que ali atuaram. Será dada especial atenção ao conjunto de iniciativas dos sindicatos diante da discussão que levou à formação do CGT – Comando Geral dos Trabalhadores, como também ao contexto que levou ao surgimento das Ligas Camponesas, em sua interação ou contraposição com as formas de luta dos sindicatos rurais. E, ainda, serão trabalhadas as origens político-sociais que envolveram a formação dos Centros Populares de Cultura da UNE.

2. A historiografia e sua problematização

O contexto histórico desses 14 anos anteriores à deflagração do golpe militar de 1964 continua sendo um momento da política brasileira que merece atenção especial. Entendemos que a historiografia brasileira sobre este período – apesar de já ter uma produção abrangente – está longe de esgotar os diferentes aspectos e significados que ali foram engendrados, a partir de uma intensa participação popular, seja nos sindicatos da cidade e do campo, seja nos partidos políticos ou ainda nos movimentos sociais.

A hipótese que defendemos é a de que a movimentação das camadas trabalhadoras do pré-1964 possibilitou um real crescimento da consciência de classe no período e não apenas um conjunto de movimentações de massa guiadas por objetivos alheios à sua perspectiva de classe, como defendem algumas vertentes teóricas. Nossa problematização sobre o período em questão leva em conta a historiografia produzida até o momento. Nela predominou – principalmente nas leituras produzidas no pós-1964 – uma visão de que o golpe militar teria representado, ao fim e ao cabo, um colapso do populismo no Brasil. O aspecto específico do qual discordamos no tocante a essa análise – representada especialmente por uma dada vertente da teoria do populismo – é o da defesa de que a perspectiva do trabalho teria sucumbido completamente à ilusão das propostas de líderes populistas, e abandonado um projeto de fato revolucionário, através do engodo das propostas nacionalistas do período. Embora reconheçamos que esse período tenha apresentado uma parte dessas características – materializada, inclusive, nas propostas de algumas lideranças e partidos políticos – discordamos que todo o conjunto dos setores ligados à perspectiva do trabalho, tomado indistintamente, tenha sucumbido desta maneira absoluta, como se neste período não tivesse havido nenhuma manifestação autêntica da centralidade do trabalho.

3. Contexto histórico, produção bibliográfica e balanço historiográfico preliminar

O contexto nacional e internacional do pré-1964 marcava fortemente os destinos do mundo, em meio à Guerra Fria, e o Brasil ocupava papel estratégico neste quadro. A questão terceiro-mundista emergia com grande força, o que significava, *grosso modo*, que os países periféricos não pertencentes nem ao chamado “Primeiro Mundo” capitalista, nem ao “Segundo Mundo” comunista, poderiam agrupar-se sob a denominação de um “Terceiro Mundo”,³ isto é, entre aqueles países que iriam procurar uma via própria de desenvolvimento.

As posições mais conservadoras estavam muito assustadas com o fascínio que o socialismo despertava em povos de economia subdesenvolvida, em função da rapidez com que as forças produtivas progrediam. A questão parecia ser, “perigosamente”, mais do que ideológica. Significava, concretamente, que uma eventual opção pelo bloco liderado pela URSS pudesse acelerar o desenvolvimento do país num ritmo mais desejável do que a pura e simples sujeição ao imperialismo norte-americano. Por isso, muitos discursos apelavam para a defesa das tradições e das eventuais benesses da civilização ocidental, a fim de combater o mundo socialista. O anti-comunismo, que inspirou muitas das posições reacionárias antes e depois do golpe de 1964, só é compreensível a partir do entendimento histórico da dicotomia comunismo *versus* capitalismo, nos moldes definidos pela Guerra Fria. O destino que o mundo tomasse a partir desse quadro, definiria o futuro do Brasil e, no limite, de quase todos os vizinhos.⁴

Este quadro influenciou decisivamente na atuação e/ou formação de partidos políticos do período. Por isso, embora o recorte completo de nossa pesquisa vá se estender pelo período de 1950 a 1964, o balanço historiográfico a ser apresentado neste texto, privilegia: a) o final deste período histórico, isto é, o governo João Goulart e as chamadas reformas de base; b) as aproximações iniciais sobre alguns partidos políticos, especialmente a atuação do trabalhismo, a influência do PCB e a atuação da AP – Ação Popular.

a) Balanço historiográfico preliminar: o governo João Goulart e as chamadas reformas de base

Durante muito tempo a historiografia brasileira deixou o personagem João Goulart completamente à margem. Isso teve um sentido e um significado diretamente ligados à ditadura militar. Presidente deposto em 1964, morreu no exílio em 1976, em condições ainda hoje discutíveis. Foi enterrado em São Borja-RS, sem nenhuma nota oficial do governo sobre a morte de um ex-presidente. O silêncio significou uma estratégia poderosa durante toda a ditadura militar. Ao invés de “falar mal” de João Goulart, simplesmente não se falava dele.⁵

Durante muitos anos o único livro⁶ no Brasil que tratava diretamente de seu governo foi o de Moniz Bandeira (1983), *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil – 1961-1964*, cuja 1ª edição veio a público em 1978.⁷ Este fato deu ao livro uma importância histórica, tornando-se uma referência de leitura, independentemente de nossa concordância com as teses ali defendidas. Afinal, era a única publicação a considerar o governo do presidente deposto pelo golpe militar.

Aos poucos, outros estudos foram sendo publicados, mas apenas em décadas recentes é que polvilhou um maior número de livros sobre o governo João Goulart. Houve basicamente duas tendências de análise sobre Jango e seu governo: uma representada pela linha, *grosso modo*, mais deslumbrada e defensora dos princípios do trabalhismo; e outra, de perfil mais crítico, a partir de distintas orientações teórico-metodológicas. No primeiro caso, o exemplo mais expressivo é o próprio Moniz Bandeira (1982).⁸ No segundo caso, encontram-se autores que fazem análises predominantemente baseadas no conceito de populismo. Para eles, o golpe contra Goulart teria encerrado um ciclo da política populista no Brasil, no período de 1930 a 1964. A chamada teoria do populismo, portanto, inspirou muitos estudos brasileiros que, sem dúvida, demarcaram sua importância, independentemente da concordância ou não com suas teses, onde destaca-se Weffort, em seu livro *O populismo na política brasileira* (1978). No livro encontra-se um importante ensaio, “Política de massas”, escrito ainda nos estertores do governo Goulart e publicado em 1965. O livro traz mais dois ensaios: “Estado e massas no Brasil”, também publicado em 1965, e “O populismo na política brasileira”, publicado em 1967.⁹ Além de ser a mais reconhecida e estudada, talvez essa vertente da teoria do populismo, seja também uma das mais criticadas, pelo menos em estudos mais recentes. Embora se apresente como um estudo crítico no campo da esquerda, a teoria weffortiana do populismo não parece se apresentar como

uma unanimidade nas críticas às eventuais debilidades e equívocos que a esquerda brasileira apresentou no pré-1964. No entanto, pautou quase que predominantemente a grande maioria dos estudos – pelo menos paulistas – sobre aquele período da história brasileira.

Uma análise um pouco mais balanceada que a de Weffort, embora na mesma vertente de análise, encontra-se em dois livros de Ianni, *O colapso do populismo no Brasil* (1971) e *A formação do estado populista na América Latina* (1975). Principalmente o primeiro livro, acabou tornando-se referência na historiografia brasileira àqueles que tentavam elaborar uma visão crítica sobre o período que a ditadura tinha “encerrado”. Foi uma dura crítica ao trabalhismo e, podemos dizer, consolidou a hegemonia do conceito de populismo no Brasil. Evidentemente, o governo João Goulart está referido neste leque.

Utilizando o conceito de populismo,¹⁰ mas imprimindo a ele um significado diferente daquele hegemonizado por Weffort e Ianni, estão os trabalhos de Saes (1975, 1985a e 1985b), Toledo (1983), Boito (1982 e 1991) e Almeida (1995 e 2006), entre outros. Entendemos que esses autores produziram uma compreensão mais completa do processo histórico brasileiro e que não se limitaram a indicar apenas no pós-1930 a política populista, mas procuraram entender a formação do estado burguês no Brasil desde as lutas para a deflagração da república. Além disso, procuraram avaliar o movimento sindical em geral e o movimento operário em particular sem considerar esta classe – incondicionalmente – como uma massa amorfa e manipulável pelos líderes populistas. E isso não os fez deixar de apreender os momentos em que esse tipo de manipulação aconteceu na história do movimento de massas, mas procuraram não imputar à interpretação como um todo a análise desse aspecto. Numa palavra, captaram também os momentos da história do pré-1964 onde a luta de classes ocorreu sem se subordinar – apesar de todas as dificuldades – aos ditames da classe dominante.

Fechando este sintético parêntese sobre a referência aos estudos do populismo,¹¹ voltemos ao restante do balanço historiográfico sobre o governo Jango.

Neste início de século XXI é que surgiram mais estudos sobre o governo deste presidente.¹² Sem a preocupação, de nossa parte, em classificá-los numa ou noutra vertente de análise, queremos deixar registrado aqui quais foram seus autores e temáticas. Em ordem cronológica, foi em 2004 que – a propósito dos 40 anos do golpe militar – a editora Globo publicou um conjunto de livros, entre eles *Jango: um perfil – 1945-1964*, de Marco Antonio Villa (2004). O autor traça um retrato bastante pejorativo de Jango, classificando-o frequentemente como um personagem sem competência, frívolo, e cuja carreira teria sido facilitada pelo acaso e pela sorte. A leitura talvez valha a pena apenas pela referência a algumas fontes de pesquisa e bibliográficas. Em 2006 foram lançados três livros. Um como fruto de trabalho de pesquisa desenvolvido pelo CPDOC, no Rio de Janeiro, *João Goulart: entre a memória e a história*, sob a coordenação da historiadora Marieta de Moraes Ferreira (2006). A autora procura preencher a

lacuna que existiria sobre o personagem histórico de João Goulart, enfatizando que “a memória referente a João Goulart e seu governo tem sido pouco investigada nos meios acadêmicos e também recebido pouca atenção de atores sociais variados, como políticos profissionais, jornalistas e produtores culturais”. (FERREIRA, 2006: 7). O segundo livro foi *O Brasil de João Goulart; um projeto de nação*, organizado por Oswaldo Munteal e outros (2006). Os organizadores defendem que João Goulart representou um Brasil a ser construído. Procuraram resgatar textos históricos onde estaria delineado o projeto de nação defendido pelo governante. O livro é apresentado pela filha de Jango, Denize Goulart, e reúne basicamente textos de intelectuais isebianos, resgata o discurso de Jango no comício da Central do Brasil (março 1963) e a redação do Plano Trienal de 1963-65 de Celso Furtado, entre outros documentos. O último livro lançado, ainda em 2006, foi *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*, de Rodrigo Patto Sá Motta. É interessante, pois estampa a maioria das charges feitas a propósito do personagem.

Em 2007, o CPDOC volta a lançar um livro sobre João Goulart. Desta vez foi *Jango – as múltiplas faces*, fruto de pesquisa feita por Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira. A intenção dos autores foi fornecer pistas para se pensar o lugar de Jango na memória e na história do Brasil recente, pois argumentam que, pelos estudos desenvolvidos até então, Jango ocupava apenas um “não-lugar”, alvo de freqüentes apreciações desfavoráveis tanto da direita quanto da esquerda. A publicação tem um CD que disponibiliza áudios de João Goulart. Provavelmente como desdobramento destas pesquisas sobre Goulart, Jorge Ferreira acaba de lançar pela Civilização Brasileira, um livro com apurada pesquisa. Trata-se de *João Goulart, uma biografia* (2011). O autor procurou resgatar o legado de João Goulart, como um representante do auge do trabalhismo.

b) As reformas de base: trabalhismo, PCB e AP

Passemos às aproximações iniciais sobre a atuação de alguns partidos políticos do período, especialmente a atuação do trabalhismo, a influência do PCB – Partido Comunista do Brasil¹³ e a atuação da AP – Ação Popular, particularmente no momento que culminou nas reformas de base. Apesar de serem aproximações, o esboço a seguir representa apenas o esforço de leitura e análise que empreendemos até o presente momento, na pesquisa em andamento.

As reformas de base ocuparam o centro do debate nacional no pré-1964. E seus principais defensores eram ligados ao trabalhismo, notadamente o PTB, além dos comunistas e do setor católico progressista que fundou a AP – Ação Popular, em 1962.¹⁴ Há estudiosos que defendem¹⁵ que as reformas de base teriam derivado de proposta originalmente formulada pelo PCB, a partir da “Declaração de Março de 1958”. Elas eram trabalhadas com vistas aos objetivos estratégicos de uma revolução brasileira por etapas: primeiro a revolução democrático-burguesa, depois a revolução socialista, e deveriam dar-se em várias frentes. Essa concepção – sobre quais reformas deveriam ser realizadas no país – foi assimilada por vários setores da sociedade

brasileira, até chegar ao governo Jango, que lançou oficialmente um programa que propunha reformas de base, em 12 de julho de 1962, através do Gabinete Brochado da Rocha. O estudo de Cibilis da Rocha Viana (1980), *Reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimento: de Getúlio a Jango*, traz uma síntese sobre o programa (Cf. VIANA, 1980: 127). Não eram medidas de fácil implementação. Mexiam com questões vitais tanto para o latifúndio no Brasil, quanto para os setores que representavam os interesses do imperialismo norte-americano. Numa palavra, as reformas provocavam uma intensa disputa entre os nacionalistas e os “entreguistas”, estes últimos entendidos como setores interessados num desenvolvimento capitalista dependente, ou melhor, numa redefinição dos laços de dependência. A correlação de forças entre os setores representantes dessas duas tendências era pautada por uma intensa disputa.

Por isso mesmo, nessa correlação de forças, o período de 1960-64 é referido por alguns estudiosos como o momento de maior influência política alcançada pelo PCB em sua história nas lutas sociais no país. Mas isso não pode nos levar a afirmar que o PCB conquistou hegemonia neste período. Ao contrário. A partir da “Declaração de Março de 1958” o PCB parece ter aberto mão da hegemonia, justamente para poder viabilizar a proposta da frente única antiimperialista.¹⁶ E isso aconteceu de tal modo que, em determinados momentos, chegou a parecer que quem dirigia o PCB era o próprio João Goulart. Daí algumas análises da teoria do populismo generalizarem este aspecto, indistintamente, fazendo parecer que a perspectiva do trabalho teria se rendido ao trabalhismo de Goulart.

Iniciamos o destaque a alguns aspectos da história pecebista¹⁷ em momento um pouco anterior a 1950. Desde a breve legalidade do PCB no período 1945-47, muita coisa tinha acontecido. O governo que sucedeu Vargas havia posto o PCB na ilegalidade,¹⁸ o que implicava muito mais um “rompimento” de Dutra com o PCB do que um rompimento do PCB com Dutra (Cf. ALMEIDA, 2003:93), como parecia acreditar a autocrítica de 1949 de Luis Carlos Prestes. O líder comunista afirmava nessa ocasião que o partido havia substituído a luta de classes pela colaboração de classes. Destes acontecimentos e tomada de posições resulta o Manifesto de Agosto (1950) que defendia, entre outras coisas,¹⁹ fazer oposição à candidatura de Vargas para a presidência nas eleições daquele ano e propunha uma Frente Democrática de Libertação Nacional para a conquista imediata do poder através do Exército de Libertação Popular, como objetivo tático, através da formação de um bloco de todas as classes, sob a direção do proletariado. Porém, entendemos que, estrategicamente, não havia uma diferença significativa, na medida em que persistia a proposição de uma revolução por etapas, que privilegiava a luta contra a chamada ditadura feudal e contra o imperialismo.²⁰

Vargas se reelege. Foi assim que o “Manifesto de Agosto” começou a sofrer pequenas alterações até ser rejeitado gradativamente, com o advento da “Declaração de Março de 1958”. Porém, muito antes de ser superado, o documento de agosto de 1950, já parecia se constituir em

letra morta, pelo menos no seguinte aspecto: enquanto recomendava, no papel, o voto nulo nas eleições de 1955, o partido pregava abertamente o voto em Juscelino Kubitschek. Havia um abismo entre a prática do partido e as recomendações dos documentos em vigência. A letra não batia com a política praticada (Cf. ALMEIDA, 2003).

Esse processo aconteceu, sinteticamente, da forma como procuraremos descrever a seguir, a fim de configurar o solo social e político sobre o qual os partidos, sindicatos e movimentos foram se constituindo. Em meio ao período de greves que ocorreram de 1951 a 53 – inclusive a importante greve dos 300 mil em São Paulo – o PCB começa a elaborar um “Projeto de Programa” (1953). Nele, é defendida a estratégia da etapa da revolução democrático-popular de cunho antiimperialista e agrária anti-feudal, em defesa da burguesia nacional e do desenvolvimento da indústria nacional. É reforçado o aspecto tático definido no “Manifesto de Agosto”.²¹ O ano seguinte ainda verá muitas greves, além do derradeiro gesto de Vargas, após mais uma das tentativas de golpe que o período de 1945-64 conheceu. O PCB, após o suicídio de Vargas, projeta novamente uma mudança de posição: abandona as acusações mais diretas que fazia contra Getúlio e, ainda em 1954, realiza seu IV Congresso.

O IV Congresso do PCB reafirma o “Projeto de Programa” de 1953. Do ponto de vista estratégico o caráter da revolução brasileira em sua primeira etapa – no que concernia às relações com a burguesia nacional – deveria se pautar por um programa que não ameaçasse as reivindicações de caráter progressista da burguesia e, em particular, do desenvolvimento da indústria nacional: a burguesia nacional não era inimiga, por determinado período poderia apoiar o movimento revolucionário contra o imperialismo e contra o latifúndio, o regime político e o governo que o PCB deveria defender “não será uma ditadura do proletariado. Mas não será também uma ditadura da burguesia (...) irá adiante da revolução democrática burguesa, criando um poder de transição para o desenvolvimento capitalista”. (PCB, 1954 *apud* SILVA, s/d: 77-78). Em suma, as proposições presentes no “Manifesto de Agosto”, confirmadas no IV Congresso de 1954, não parecem substancialmente diferentes – no plano estratégico – em relação ao que o PCB já defendia antes de 1950. As maiores diferenças são estabelecidas no que concerne aos objetivos táticos: de um governo de união nacional para uma tomada de poder através de um Exército de Libertação Popular, com a formação de um bloco de todas as classes, sob a direção do proletariado.

Quando o XX Congresso do PCUS, em 1956, fez a denúncia dos crimes de Stalin, o cenário dos partidos comunistas dos diversos países sofreu abalos significativos e não foi diferente com o PCB, que ficou dividido: de um lado teriam ficado os “revisionistas” que aderiram às resoluções do Congresso e, de outro lado, teriam ficado os “stalinistas”, fiéis ao legado do “guia genial dos povos” e, portanto, críticos do XX Congresso.²² Na luta interna os “revisionistas” venceram.²³ Dois anos depois se objetivava a “Declaração de Março de 1958”,

fruto do processo de “desestalinização” do partido, se é que podemos chamar desta forma. As mudanças propostas na “Declaração de Março”²⁴ permeavam principalmente as seguintes questões: ao invés de uma Frente Democrática de Libertação Nacional para a conquista imediata do poder, uma Frente Única, para a luta por um governo nacionalista e democrático, num caminho pacífico para a revolução brasileira. Esse caminho definia como principal proposta, um conjunto de reformas que, como referimos, viriam a ser incorporadas na seqüência pelo governo Jango.

Nesse novo documento de 1958²⁵ continua sendo admitida a contradição entre burguesia e proletariado, “mas essa contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista, corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo”. (PCB, 1958 *apud* SILVA, s/d: 80-81). Do ponto de vista estratégico continuava a defesa de que “a revolução no Brasil, não é ainda socialista, mas antifeudal, nacional e democrática”. (*Ibid.*) A partir disso, são iniciados os esforços para a realização do V Congresso do PCB, em agosto de 1960,²⁶ que resultará na confirmação das teses propostas na “Declaração de Março” e onde a chamada ala “não-revisionista” (stalinista) do partido iria sofrer um duro golpe. Portanto, a partir desses acontecimentos – cujo ápice tinha sido a “Declaração de Março” – iniciava-se um processo de maior influência do PCB, justamente no período que vai de 1958 até 1964, e que culminará com o golpe militar. Este último, paradoxalmente, faria cair por terra as principais teses defendidas pelos comunistas até então. Ou, sendo mais explícitos: o PCB teria saído profundamente derrotado no momento do golpe e absolutamente surpreendido pela não ocorrência de uma revolução democrático-nacional antifeudal e antiimperialista. No entanto, acreditamos que não foi simplesmente a vitória das forças golpistas que desmentiu o conjunto das teorizações do PCB sobre a formação social brasileira. A aliança de classes e frações de classe que possibilitou aquela vitória, apenas confirmou a fragilidade da tese pecebista de que a burguesia nacional não tinha interesse em se aliar ao latifúndio e ao imperialismo. O golpe teria tão somente explicitado uma tendência concreta da burguesia brasileira que jamais se deu ao trabalho de construir sua autonomia política e econômica. Ao contrário, confirmou uma tendência de apelar – em momentos de crise – para o puro e simples bonapartismo.²⁷

A influência do PCB, que foi se firmando cada vez mais e teve impulso acelerado a partir de 1960, não se dava ao acaso, ou apenas por uma nova orientação da “Declaração de Março”. Em nosso entendimento, era fundamentalmente o tecido social e político da sociedade que estava em ebulição e tornava propício o acúmulo de forças nas classes e frações de classe interessadas nas transformações sociais. Foi esse quadro político-social, acrescido das novas orientações do PCB, que possibilitaram ao partido, entre outras coisas, ter avançado na ocupação de posições de direção em organismos de classe, por exemplo, e a exercer maior influência em movimentos de

massa, fossem operários, agrários ou estudantis. Esta influência pautou-se por alianças com outros setores também em destaque, à época, tais como o trabalhismo – especialmente a esquerda nacionalista do PTB – e com a nova força católica de esquerda, a AP. Esta última se constituiu a partir dos movimentos pastorais progressistas, tais como JUC – Juventude Universitária Católica, JOC – Juventude Operária Católica etc.

Neste quadro político-social propício ao crescimento das lutas sociais estão também as greves nacionais e gerais de 1959-60. Um exemplo da influência do PCB em aliança com o trabalhismo foi o grupo majoritário formado no 3º. Congresso Sindical Nacional, realizado em agosto de 1960 (o último tinha sido em 1946). No mesmo mês, ocorria o V Congresso do PCB, reiterando: a) a “Declaração de Março de 1958”; b) o caráter da revolução brasileira ant imperialista e antifeudal, nacional e democrática; c) a aprovação do lançamento da bandeira da legalidade do PCB. Talvez a grande questão daquele momento residisse na constatação de que, mesmo na ilegalidade, o partido tinha avançado significativamente. Então, por que não conquistar um avanço ainda maior em situação de legalidade partidária? Por isso, o caminho pacífico para a revolução brasileira e a possibilidade de tornar legalizada a atuação do PCB pareciam estar umbilicalmente ligadas.

Nas eleições presidenciais de 1960, o PCB decide o apoio à candidatura Lott e Jango (presidente e vice). O momento da vitória da candidatura Jânio Quadros trouxe também – no âmbito econômico – o fim da euforia desenvolvimentista. O lançamento da Instrução 204 da SUMOC, não reeditou os resultados da antiga e eficaz (do ponto de vista das classes dominantes) Instrução 113. Ficava aberto um grande espaço para a defesa das reformas.

Outros setores de esquerda passaram a disputar espaço junto com o PCB. Os movimentos de massa generalizavam-se, havia mobilizações na cidade, cresciam as greves, as manifestações; havia mobilizações no campo, cresciam as tomadas de terra, as Ligas Camponesas fortaleciam-se. Surgia uma nova esquerda em função dessa mobilização crescente de sindicatos, estudantes, operários, camponeses, setores da igreja progressista, soldados, marinheiros etc. Antes da AP (1962), tinha surgido a POLOP – Política Operária, em 1961. Neste mesmo ano o PCB havia iniciado o processo de alteração de seus estatutos para tentar o registro como partido legal. Ao invés de Partido Comunista “do Brasil” – que, segundo negativas anteriores de registro do partido, devia ser modificado, porque significava que o PCB era uma seção da Internacional Comunista – a designação passaria a ser Partido Comunista “Brasileiro”. Essa mudança estatutária e o fato de o Partido Comunista Chinês não ter aceitado as resoluções do XX Congresso do PCUS, foram dois importantes motivos para a deflagração da maior cisão que o PCB sofreu em sua história. No início de 1962, são formalmente expulsos os membros do núcleo considerado “stalinista” e contrários às decisões do V Congresso do PCB, que havia ocorrido em 1960, e no qual aquela corrente havia apresentado suas divergências. Essa dissidência, comandada

principalmente por João Amazonas, Mauricio Grabóis e Pedro Pomar, elaborou a “Carta dos 100”. Surgia o PC do B. Segundo seus autores, esse era o resgate do nome original do partido fundado em 1922, portanto, não se fundava um novo partido. Desse ponto de vista, a “dissidência” era a do outro grupo que havia mudado a designação para “Brasileiro”. E, desde então, os dois passaram a proclamar-se como o PC fundado em 1922.

Independentemente dessa polêmica, a verdade é que essa cisão influenciou na hegemonia das forças políticas do período. Mas não de imediato. O PCB continuou na defesa das reformas de base e prosseguiu com sua influência e na aliança com o trabalhismo. Como dissemos, a AP tinha nascido também ali, no ano da efetivação da cisão comunista. O PC do B rompia com a tática do caminho pacífico para a revolução, e acentuava a defesa das tradições stalinistas, entendidas como as verdadeiras tradições do chamado marxismo-leninismo. E tendia cada vez mais a alinhar-se com o PCCh.

A força política da AP evidenciou-se no movimento estudantil de imediato, porque já era exercida antes de sua fundação, através da JUC. De 1962-64, a AP elegeu todos os presidentes da UNE. Na aliança mantida com o PCB, ambos exerciam influência sobre as novidades do período: na UNE, em termos de direção política, prevaleciam as forças da AP; e no CPC – Centro Popular de Cultura, criado pela entidade estudantil, prevalecia uma maior influência do PCB. Neste período, o POR se fortalece relativamente, fundando o jornal “Frente Operária” no Rio de Janeiro. Enfim, o quadro neste período é de extrema mobilização política e popular.

A questão agrária estava em ebulição através, principalmente, das Ligas Camponesas. O movimento no campo em geral também estava permeado pelas influências comunistas. Exemplo disso foram os congressos camponeses do período e a atuação da CONTAG e da ULTAB.²⁸ É importante registrar que haverá uma disputa entre os setores de esquerda para buscar hegemonia nas lutas no campo. Por fim, outro campo onde a influência do PCB crescia a olhos vistos era no âmbito da atuação do CGT neste período. Um dos fatores era a crença desta Central nas tradições democráticas e nacionalistas das Forças Armadas, por exemplo.

No entanto, todas essas forças acabaram sucumbindo à eficácia estratégica e política das forças que promoveram o golpe militar de 1964. Os desdobramentos destas questões serão objeto de análise na continuidade da pesquisa que está em andamento e, quem sabe, possa resultar em novo artigo, a ser publicado oportunamente.

BIBLIOGRAFIA

AFFONSO, A. (1988) **Raízes do golpe: da crise da legalidade ao parlamentarismo – 1961-1963**. S.Paulo: Marco Zero.

ALMEIDA, L.F.R. (1995) **Ideologia nacional e nacionalismo**. S.Paulo: Educ.

---. (2003). Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-1964. In: Mazzeo, A.C. e Lagoa, M.I. (orgs) **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. SP: Cortez.

---. (2006) **Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK**. Florianópolis: Ed. UFSC.

---. (2009) De volta à ilha de tranqüilidade em meio a um oceano revoltoso? Limites da democracia liberal brasileira. Revista **Lutas Sociais**, nº23, S.Paulo: NEILS.

ARANTES, A. e LIMA, H. (1984) **História da Ação popular: da JUC ao PC do B**. S.P: Alfa-Ômega.

BARSOTTI, P.D. (2002) **Marx: defensor do estado? O estado, a política e o bonapartismo no pensamento marxiano**. SPaulo: USP, Tese de Doutorado FFLCH.

---. (2009). Engels e o bonapartismo. In: Revista **Novos Temas**, nº 1, SPaulo/Salvador: Instituto Caio Prado Junior/Quarteto.

BENEVIDES, M.V. (1976) **O governo Juscelino Kubitschek**. S.Paulo: Paz e Terra.

---. (1981) **O governo Jânio Quadros**. S.Paulo: Brasiliense.

BOTTO Jr., A. (1982) **O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo**. S.Paulo: Brasiliense.

---. (1991). **O sindicalismo de estado no Brasil: análise crítica da estrutura sindical**. Campinas: Edunicamp.

BRANDÃO, G.M. (1988) Sobre a fisionomia intelectual do Partido Comunista: 1945-1964. In: Revista **Lua Nova**, nº15, SPaulo: CEDEC.

BRESSER-PEREIRA, L.C. (2005). Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência. In: Toledo, C.N. **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan.

CALIL, G. (2007). O populismo e a hegemonia burguesa na América Latina. In: Revista **História & Luta de Classes**, nº4, julh/2007, Cândido Rondon: Líder.

CARDOSO LIMOIEIRO, M. (1977) **Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK-JQ**. R.J.: Paz e Terra.

CARONE, E. (1982) **O PCB – 1943-1964**. S.Paulo: Difel.

CHAIA, V. (1991) **A liderança política de J.Quadros (1947-90)**. Ibitinga/SP: Humanidades.

CUNHA, P.R.da. (2009) **Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964)**. 2ªed., S.Paulo: Editora da Unesp.

DEBERT, G. **Ideologia e populismo**. SPaulo: T.A. Queiroz.

DEL ROIO, M. (1990) **A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB – 1928-1935**. Belo Horizonte: Oficina de Livros.

---. (2003) De um século a outro: trajetória e atualidades da questão comunista no Brasil. In: Mazzeo, A.C. e Lagoa, M.I. (orgs) **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. SP: Cortez.

FERREIRA, J. (org) (2001) **O populismo e sua história**. RJaneiro: Civilização Brasileira.

FERREIRA, J. (2011) **João Goulart, uma biografia**. RJaneiro: Civilização Brasileira.

FERREIRA, M.M. (coord) (2006) **João Goulart: entre a memória e a história**. RJaneiro: FGV.

GOMES, A.C. e FERREIRA, J. (orgs) (2007) **Jango: as múltiplas faces**. RJaneiro: FGV.

GORENDER, J. (1987). **Combate nas trevas**. 3ªed., SPaulo: Ática.

IANNI, O. (1971) **O colapso do populismo no Brasil**. 2ªed., RJaneiro: Civilização Brasileira.

---. (1975) **A formação do estado populista na América Latina**. RJaneiro: Civilização Brasileira.

JAGUARIBE, H. (2005). O ISEB e o desenvolvimento nacional. In: Toledo, C.N. **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan.

LACLAU, E. (1978) **Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo**. RJaneiro: Paz e Terra.

LOSURDO, D. (2004). **Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal**. Rio de Janeiro/São Paulo: ED.UFRJ/ED.Unesp.

LOVATTO, A. (2006) O pensamento de Nelson Werneck Sodré nos “Cadernos do povo brasileiro”. In: Cunha, P. e Cabral, F. **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. SPaulo: Unesp/FAPESP.

---. (2010). **A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe: os tempos do ISEB**. SPaulo: Xamã.

LOVE, J. (1998) **A construção do terceiro mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil**. S.Paulo: Paz e Terra.

MARX, Karl. (1978) **O 18 Brumário**. São Paulo: Paz e Terra.

MAZZEO, A.C. (1999) **Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil**. Marília/SPaulo: Unesp-Marília Publicações/Boitempo.

---. (2003). O Partido Comunista na raiz da teoria da via colonial do desenvolvimento do capitalismo. In: Mazzeo,A.C. e Lagoa,M.I. (orgs) **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. SPaulo: Cortez.

MAZZEO, A.C. e LAGOA, M.I. (orgs) **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. SPaulo: Cortez.

MONIZ BANDEIRA, L.A.V. (1961) **O 24 de agosto de Jânio Quadros**. R.Janeiro: Melso S.A.

---. (1979) **Brizola e o trabalhismo**. 2ªed., R.: Civilização Brasileira.

---. (1983) **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil. 1961-1964**. 6ªed., R.J: Civilização Brasileira.

MOTTA, R.P.S. (2006) **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. RJaneiro: J. Zahar.

MUNTEAL, O. et al. (orgs) (2006) **O Brasil de João Goulart: um projeto de nação**. RJaneiro: PUC/Contraponto.

OLIVEIRA, M.R.D. (1993) **João Goulart na imprensa: da personalidade a personagem**. SPaulo: Annablume.

PCB: 20 anos de política – 1958-1979. (1980) SPaulo: LECH. (Série Documentos).

PEREIRA, O.D. (1963). O ISEB: o desenvolvimento e as reformas de base. In: **Revista Brasiliense**, nº47, SPaulo: Brasiliense, maio-junho, p.23-41.

PINHEIRO NETO, J. (1993) **Jango – um depoimento pessoal**. R.Janeiro: Record.

PRADO, M.L. (1981) **O populismo na América Latina**. SPaulo: Brasiliense.

RIDENTI, M. (2000) **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. RJaneiro/SPaulo: Record.

RYFF, R. (1979) **O fazendeiro Jango no governo**. R.Janeiro: Avenir.

SAES, D. (1975) **Classe média e política na primeira república brasileira (1889-1930)**. Petrópolis: Vozes.

---. (1985a) **A formação do estado burguês no Brasil (1888-1891)**. 2ª.ed., R.Janeiro: Paz e Terra.

---. (1985b). **Classe média e sistema político no Brasil**. S.Paulo: T. A. Queiroz.

SANTOS, R. (1988) **A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)**. Belo Horizonte: Oficina de Livros.

SEGATTO, J.A. (1981) **Breve história do PCB**. S.Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.

---. (1995) **Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB: 1954-1964**. RJ: Civ.Brasileira.

SILVA, A.O. (s/d) **História d'as tendências no Brasil: origens, cisões e propostas**. 2ª.ed. SP: Proposta.

SODRÉ, N.W. (1980) Contribuição à história do PCB. In: **Temas de Ciências Humanas**, nº8, SP: LECH.

TOLEDO, C.N. (1977). **ISEB: fábrica de ideologias**. SPaulo: Ática.

---. (1983) **O governo Goulart e o golpe de 64**. 2ª.ed., S.Paulo: Brasiliense.

---. (org.) (2005) **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. RJaneiro: Revan.

VIANA, C.R. (1980) **Reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimento - de Getúlio a Jango**. RJaneiro: Civilização Brasileira.

VILLA, M.A. (2004) **Jango: um perfil (1945-1964)**. SPaulo: Globo.

VINHAS, M. (1982) **Partidão: luta por um partido de massas – 1922-1974**. SPaulo: Hucitec.

WEFFORT, F. (1978) **O populismo na política brasileira**. R.Janeiro: Paz e Terra.

* Este texto é fruto de pesquisa iniciada no final de 2010 e que terá a duração de três anos. Portanto, apresenta um balanço inicial do conjunto histórico-bibliográfico do período em questão. Seu resultado integral será apresentado no final de 2013, junto ao Departamento de Ciências Políticas e Econômicas, da UNESP-Marília.

¹ Em 2011, foram comemorados os 50 anos de surgimento do CPC, fruto do esforço da UNE-Volante, estratégia do movimento estudantil no princípio dos anos 1960.

² ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros. A respeito podem ser consultados TOLEDO (1977 e 2005), PEREIRA (1963), RIDENTI (2000), JAGUARIBE (2005), BRESSER PEREIRA (2005) e LOVATTO (2006 e 2010).

³ O principal expoente e articulador dessas posições foi Nasser, no Egito, e Tito, na Iugoslávia. João Goulart chegou a manifestar simpatia pela adesão ao terceiro-mundismo. “O movimento de emancipação colonial prosseguia, gerando uma relativa instabilidade no panorama internacional. Muitos dos novos Estados que surgiam, chefiados por governos nacionalistas dos mais variados matizes, procuravam tirar proveito da rivalidade entre as grandes potências hegemônicas, indo engrossar as fileiras do movimento dos países ‘não-alinhados’, em cuja linha de frente estavam o titoísmo e o nasserismo”. (ALMEIDA, 1995: 189). Outro texto para aprofundamento do tema é LOVE (1998).

⁴ Fato que se observou, na sequência do golpe militar no Brasil, com a deflagração de golpes de estado em outros países latino-americanos, tornando a região – à exceção de Cuba – um pólo da estratégia geopolítica norte-americana.

⁵ Por motivos distintos, e por situações políticas também diferentes, o mesmo não ocorreu com os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. O que, aliás, foi muito importante para os esforços de resgatar e analisar o pré-64. No caso de JK, sem desconsiderar que há muitos estudos dos mais diferentes matizes, queremos aqui destacar pelo menos dois, por nos interessarem especificamente para a análise do período: 1) o estudo mais antigo de BENEVIDES (1976), *O governo Juscelino Kubitschek*. 2) o estudo mais recente de ALMEIDA (2006), *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*, que inova na abordagem crítica do nacionalismo triunfante. Sobre os dois governos, conjuntamente, há o estudo de CARDOSO LIMOIRO (1977), *Ideologia do desenvolvimento: Brasil – JK-JQ*. Uma abordagem biográfica e política de Jânio Quadros pode ser buscada em CHAIA (1991), *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. Sobre seu governo, em BENEVIDES (1981). E sobre a renúncia, em MONIZ BANDEIRA (1961).

⁶ TOLEDO (1983), no item “indicações de leitura” para o tema do governo João Goulart, afirma que “Abordando os diferentes aspectos (econômicos, políticos e sociais) do governo Goulart existe apenas uma obra na literatura política brasileira: Moniz Bandeira, *O governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil*”. (TOLEDO, 1983: 121). Toledo registra essa informação desde a primeira edição, em 1982, e ela aparece em várias reedições.

⁷ Também de Moniz Bandeira (1979), o livro *Briçola e o trabalhismo* foi, igualmente, durante décadas o único livro a tratar do político gaúcho. A primeira edição foi publicada em 1978, pela Civilização Brasileira.

⁸ Nesta perspectiva, conferir também PINHEIRO NETO (1963), AFFONSO (1988), RYFF (1979).

⁹ Os ensaios foram redefinidos para publicação na coletânea de 1978 (Cf. ALMEIDA, 2009).

¹⁰ “O conceito de populismo é objeto de um vasto debate historiográfico, no qual se expressam desde posições que defendem o abandono do conceito até autores que o utilizam em uma acepção demasiadamente ampla, englobando processos sociais completamente distintos”. (CALIL, 2007: 27)

¹¹ Além dos estudos citados, há outros que analisam o tema sob diferentes pontos de vista teóricos e políticos. Dentre eles, destacamos: LACLAU (1978), PRADO (1981), DEBERT (1979) e FERREIRA (2001) e CALIL (2007).

¹² À exceção de um interessante estudo publicado em 1993 – fruto de uma tese de doutorado defendida dez anos antes. Trata-se de OLIVEIRA (1993), *João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem*. É um estudo jornalístico que traz encarte com seleção de notícias sobre Goulart na imprensa, no *lay-out* em que foram publicadas.

¹³ Antes da cisão entre PCB e PC do B (1961-62), quando passa a ser designado de Partido Comunista Brasileiro. Detalhes dessa cisão serão apresentados mais adiante.

¹⁴ O processo completo de fundação da AP encontra-se no livro de ARANTES e LIMA (1984), *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*.

¹⁵ Cf. CUNHA (2009).

¹⁶ “O PCB propunha a constituição de uma frente única que lutasse por um governo nacionalista e democrático. E, no Brasil, a mais importante forma concreta de manifestação da frente única era o movimento nacionalista. Neste sentido, os comunistas apoiavam ‘os elementos nacionalistas e democratas’ existentes no conjunto dos partidos políticos, *abriam mão da hegemonia em curto prazo no interior da frente única*, adotavam a via pacífica da revolução, atribuíam grande importância à luta eleitoral e escolhiam como objetivo tático mais imediato a eleição de políticos nacionalistas e democratas para os postos legislativos e executivos, já em outubro de 1958, com vistas a eleger uma chapa nacionalista nas eleições presidenciais de 1960”. (ALMEIDA, 2003: 116-7, grifos nossos)

¹⁷ A síntese que faremos a seguir, bem como do momento histórico em que ocorreram, não pretendem – nem poderiam – realizar uma completa abordagem do tema. Afinal, isso já foi realizado competentemente por outros estudiosos, com diferentes visões sobre este processo, a partir dos quais utilizamos os dados e documentos apresentados, destacando: MAZZEO (1999), DEL ROIO (1990 e 2003), CUNHA (2009), GORENDER (1987), SEGATTO (1995), CARONE (1982), ALMEIDA (2003), e SILVA (s/d). Foram igualmente consultados: SODRÉ (1980), SANTOS (1988), SEGATTO (1981), MAZZEO e LAGO (2003, orgs.), BRANDÃO (1988) e VINHAS (1982).

¹⁸ “O governo Dutra, além da repressão ao Partido Comunista, prendeu e torturou comunistas, decapitou o movimento sindical mais combativo, intervindo em mais de 140 sindicatos, proibiu a Confederação Geral de Trabalhadores do Brasil e impôs uma pesada legislação antigreve”. (ALMEIDA: 2003: 93)

¹⁹ “Concretamente, é entre 1950-54 que se delineia a virada à extrema-esquerda do PCB, particularmente reafirmada e aprofundada no ‘Manifesto de Agosto’. A posição em relação ao campo era apontada nesse documento da seguinte forma: ‘Entrega da terra para quem trabalha’.” (CUNHA, 2009: 69)

²⁰ Antes do “Manifesto de Agosto”, haviam sido retiradas do programa do PCB críticas contundentes ao imperialismo, em função das estratégias que correspondiam ao período chamado de “coexistência pacífica”, do pós-Segunda Guerra.

²¹ Neste quadro de lutas sindicais e políticas de 1953, surge no Brasil o POR (trotskista), embora sua atuação tenha sido pouco expressiva.

²² Houve ainda uma terceira posição, conhecida como Agildismo (de Agildo Barata), que questionava radicalmente a organização interna do PCB, notadamente sua democracia interna. Esse grupo deixou o PCB e formou a “Corrente Renovadora do Movimento Marxista Brasileiro”, que não chegou a ser um novo partido.

²³ São afastados da Comissão Executiva os nomes que representavam os críticos do revisionismo: João Amazonas, Diógenes Arruda, Maurício Grabois e Sergio Holmos.

²⁴ “A chamada Declaração de Março, de 1958, apresentou as grandes linhas da ‘via nacional’ no Brasil, apregoando a formação de uma ampla frente nacionalista e democrática contra o imperialismo e contra as sobrevivências feudais, a ser composta pelo proletariado, burguesia nacional, pequena burguesia e camponado, em oposição ao imperialismo e seus aliados dentro da forma social brasileira, o latifúndio e setores burgueses associados. (...) O programa nacional-democrático, nessa versão estratégica, deveria contemplar um conjunto de ‘reformas de base’.” (DEL ROIO, 2003: 288)

²⁵ “O projeto político definido na ‘nova política’ (1958-60) do PCB estava todo ele montado em função do desencadeamento da ‘revolução brasileira’.(...) Definida a estratégia (equivalente de etapa) como antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática, à tática cabia a definição da organização das lutas e da intervenção política momentânea (‘soluções positivas’).” (SEGATTO, 1981: 127)

²⁶ “O V Congresso do PCB será de extrema importância. Esse congresso reflete não somente a radicalização da crise interna provocada pelo aprofundamento das divergências ideológicas dentro do partido – especialmente as reações à Declaração de Março de 1958 – mas fundamentalmente a própria crise do Movimento Comunista Internacional”. (MAZZEO, 2003: 160)

²⁷ Nos termos expostos em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, MARX (1978). Maiores aprofundamentos sobre o tema do bonapartismo em Marx e Engels podem ser buscados em BARSOTTI (2002 e 2009). Ver também desdobramentos do conceito em LOSURDO (2004).

²⁸ Além da influência de Francisco Julião, as lutas no campo brasileiro também estavam sob a influência de lideranças do PCB, tais como Lyndolpho Silva e Gregório Bezerra.